

Artigo

A SOCIOLOGIA NEGRA DE GUERREIRO RAMOS

Marcelo de Jesus Lima*

Resumo

O artigo aborda a temática da descolonização acadêmica e a importância da retomada da intelectualidade negra. Seu propósito é explorar os conceitos apresentados por Guerreiro Ramos, relacionando-os à construção de uma sociologia negra. A metodologia adotada é a imaginação sociológica, que incorpora a análise da estrutura, da história e da biografia no processo de construção de conceitos guerreirianos, como a redução sociológica e o *niger sum*. Os resultados revelam que o pensamento de Guerreiro Ramos incorpora uma ambivalência entre o integracionismo do TEN (Teatro Experimental do Negro) e o pacto da democracia racial, em contraste com o terceiro-mundismo da Conferência de Bandung e a luta pela descolonização afro-asiática. A conclusão do estudo ressalta a necessidade de uma leitura crítica da obra de Guerreiro Ramos, visando a produção de uma sociologia negra que seja capaz de superar as fragilidades do pensamento guerreiriano.

Palavras-chave: Guerreiro Ramos. Niger sum. Redução Sociológica. Sociologia Negra.

The black sociology of Guerreiro Ramos

Abstract

The article delves into the topic of academic decolonization and highlights the significance of reclaiming black intellectualism. Its main objective is to examine Guerreiro Ramos' concepts and their relevance to the development of black sociology. Employing the sociological imagination methodology, the study integrates the analysis of social structures, historical context, and individual experiences in shaping Guerreiro's notions of sociological reduction and niger sum. The findings reveal a complex interplay between the integrationist perspective of organizations like the Teatro Experimental do Negro (TEN) and the ideal of racial democracy, juxtaposed with the third-worldism advocated during the Bandung Conference and the Afro-Asian decolonization movements. Ultimately, the article concludes by emphasizing the critical examination of Guerreiro Ramos' work as a means to foster the emergence of a black sociology that overcomes the weakness of your thinking.

Keywords: Black Sociology. Guerreiro Ramos. Niger sum. Sociological Reduction.

* Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista, marcelo.jesus@unesp.br

Alberto Guerreiro Ramos é um sociólogo que, aos poucos, é redescoberto pela academia, especialmente por pessoas negras que buscam descolonizar o conhecimento. No entanto, cabe-nos questionar de que forma ele pode ser útil para a descolonização das universidades, em especial no campo das ciências sociais. Partindo destas indagações, pretendo me debruçar sobre a obra guerreiriana e refletir sobre a sua contribuição para o combate ao eurocentrismo no campo da sociologia.

Ao buscar evidenciar a alternativa guerreiriana de uma sociologia negra, investigo o contexto histórico de sua produção e como os diferentes eventos nacionais e internacionais afetaram o seu percurso intelectual. Dessa forma, este artigo pode contribuir para a apropriação conceitual de Guerreiro Ramos para uma sociologia negra contemporânea, mas não deixando de lado a necessidade de realizar uma assimilação crítica de suas ideias e uma adequação para os dilemas de nossa geração.

Com o objetivo de rastrear os caminhos trilhados por Guerreiro Ramos na construção de sua sociologia negra, começo dialogando com o Charles Mills (1982) e utilizo o seu conceito de imaginação sociológica como um método investigativo, buscando elucidar o contexto histórico e estrutural da formação dos conceitos guerreirianos de *niger sum* e redução sociológica.

Mills (1982) define a imaginação sociológica como uma capacidade de compreensão crítica da sociedade que passa pela triangulação interpretativa da estrutura social, da história e da biografia dos sujeitos. Ao localizar o pensamento guerreiriano na triangulação estabelecida por Mills, abordo o cenário da estrutura / história / biografia em que Guerreiro Ramos estava inserido e como elas foram cruciais para a formação de sua sociologia negra. Em relação ao contexto histórico e estrutural que influenciou Guerreiro Ramos, podemos apontar três situações importantes em sua formação: a modernidade negra, a descolonização afro-asiática e o pacto da democracia racial no Brasil.

Mas antes de abordar estas três situações apontadas, devo me ater a uma breve biografia de Guerreiro Ramos para compreendermos em quais

situações ele encarou o seu contexto histórico-estrutural. Nascido em Santo Amaro da Purificação (BA) em 1915, Guerreiro Ramos teve uma forte educação católica durante sua juventude, o que acabou culminando em sua adesão à Ação Integralista Brasileira em 1932, quando tinha 17 anos. Em 1938, começou a trabalhar no Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) como assessor de Isaías Alves, irmão de Landolfo Alves, o interventor da Bahia. Muryatan Barbosa (2015) considera que este é o momento primordial de sua passagem do integralismo para o nacionalismo getulista.

Em 1939, o sociólogo estadunidense Donald Pierson começou a dar aulas na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP). Este evento marca a recepção das ideias da Escola de Chicago no Brasil por meio de Pierson, que foi orientado por Robert Park. No ano de 1945, é publicada no Brasil a tese de Pierson, intitulada *Branços e pretos na Bahia*. A conclusão de Pierson é que as castas raciais da escravidão fizeram do Brasil uma sociedade multirracial de classe onde havia a inexistência de grupos raciais no Brasil. Portanto, inexistiria no nosso país uma discriminação racial, apenas uma discriminação de classe. É necessário apontar que Guerreiro Ramos se aproximou de Pierson e comprou sua ideia de ausência de discriminação racial, o que faz com que ele mantivesse firme tal posição enquanto participante do Teatro Experimental do Negro.

Guerreiro Ramos desenvolveu sua carreira no funcionalismo público durante o Estado Novo. Trabalhou no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e no Departamento Nacional da Criança. Para Barbosa, sua experiência no funcionalismo público fez com que Guerreiro Ramos passasse a operar dentro da lógica de uma sociologia de intervenção patrocinada pelo Estado. Para além da participação do Estado, Ramos se preocupou em construir um pensar sociológico em um país periférico. Essa preocupação se torna visível na postura nacionalista e desenvolvimentista presente em seus escritos.

E o contexto histórico-estrutural em que Guerreiro Ramos estava inserido? A primeira metade do século XX é marcada por uma efervescência cultural da diáspora negro-africana transnacional na construção de uma memória coletiva e na formação de organizações políticas que transcendiam os limites nacionais, mas sem deixar de lado as particularidades do processo de racialização interna em cada Estado Nacional (SILVÉRIO, 2022). Entre as décadas de 1920-1930, emerge o movimento da negritude em Paris e a Harlem Renaissance em Nova York como manifestações da modernidade negra que visavam a incorporação do negro ao mundo moderno como algo original (BARBOSA, 2020). Aqui no Brasil, a modernidade negra se manifestou como um fenômeno típico do pós-abolição que objetivava a inclusão cultural e simbólica dos negros à sociedade nacional brasileira (BARBOSA, 2015). No Brasil, a negritude se manifestou pelo Teatro Experimental do Negro (1944), fundado por Abdias Nascimento, que buscava erradicar o apagamento dos atores negros no teatro e contestar as representações racistas vigentes.

Antes de ser encarada como um mito, a democracia racial foi construída como um pacto entre as elites nacionais. Para Antonio S. Guimarães (*apud* BARBOSA, 2015), o pacto da democracia racial (1949-1964) foi um consenso hegemônico no período de democratização após a ditadura varguista no Estado Novo. Este pacto visava a inclusão social do negro na sociedade brasileira a partir de um projeto nacionalista de uma nação mestiça.

Entrelaçada pelo pacto da democracia racial, a modernidade negra no Brasil foi construída mesclando os anseios do nacionalismo brasileiro, da negritude e da mestiçagem. Ela desembocou na construção de uma ideia de negritude nacional. O Teatro Experimental do Negro atuou como uma força motora desta associação entre negritude e identidade nacional (GUIMARÃES, 2015).

Paralelamente às modernidades negras, o mundo afro-asiático entrava no processo de descolonização e construção de uma terceira força nas relações internacionais. Emerge neste contexto o terceiro-mundismo na Conferência de Bandung (1955), o encontro de 29 países africanos e asiáticos

(em sua maioria) realizado na Indonésia que pautava a autodeterminação dos povos (BARBOSA, 2020).

Guerreiro Ramos vive sua intelectualidade neste contexto global de descolonização e no contexto local de um projeto nacionalista fundamentado no pacto da democracia racial. Retomando este contexto histórico e estrutural, vamos pensar a sua biografia e o contexto de emergência de sua sociologia negra.

1. Da modernidade negra ao mito da democracia racial

Em seu livro *A razão africana*, Muryatan Barbosa (2020) demonstra que a passagem do século XIX para o século XX foi marcada como uma fase importante para o desenvolvimento de teorias que defendiam a supremacia branca, juntamente com a expansão do colonialismo europeu no mundo afro-asiático e a subalternização dos povos não brancos no pós-abolição no continente americano. Como uma reação ao colonialismo europeu e sua ofensiva no plano do pensamento, a intelectualidade africana moderna, nutriu uma ideia de uma personalidade africana, enfatizando características histórico-culturais particularmente africanas para almejar a construção de uma modernidade alternativa.

Valter Silvério (2022) demonstra que é neste contexto de avanço do colonialismo em que ocorre a Conferência Pan-africana (1900) organizada por Henry Sylvester William, seguida pelos congressos organizados pelo sociólogo negro W. E. B. Du Bois (1919, 1921, 1923, 1927 e 1954). Esses eventos amadureceram a ideia de um discurso internacionalista negro. Com o surgimento das Liga das Nações em 1919, a diáspora negro-africana toma outras formas de representações de seus interesses dentro dos Estados Nacionais. Isso pode ser verificado já no Primeiro Congresso Pan-Africano realizado em Paris (1919), que propôs a criação de um estado africano baseado nas ex-colônias alemãs, derrotada na Primeira Guerra Mundial e o pedido de

proteção dos direitos dos africanos e afrodescendentes nas colônias para a Liga das Nações.

Sendo Paris o palco desta modernidade negra, ela vive a contradição de testemunhar o *New Negro*, paralelamente ao surgimento de uma proposta de pesquisa etnológica que dividia a humanidade em os *homens de hoje* e os *homens fósseis*. O cenário é de uma ciência social que inventa um primitivo culturalmente arcaico e de um movimento de contestação como a negritude, pautando a reivindicação de uma diáspora negra e deste negro como um ser autêntico e sujeito de suas ações como uma forma de valorização de sua humanidade. Essa perspectiva da etnologia francesa, capitaneada por Marcel Mauss, Paul Rivet e George-Henri Rivière através do *Muséum National d'Historie Naturelle*, atuou como base teórica da recém criada UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em 1945.

A modernidade negra surge em um contexto de avanços e recuos do colonialismo. Culminando na negritude, essa modernidade alternativa estabelece uma relação conflituosa e ambígua com as iniciativas ocidentais, como a etnologia francesa e a UNESCO. Com o avanço da descolonização africana, esta relação toma direcionamentos ora conflituosos, ora conciliatórios.

Valter Silvério (2022) sinaliza que houve mudanças significativas entre a Conferência Pan-Africana realizada em Londres (1900) e o Quinto Congresso Pan-Africano sediado em Manchester (1945). Entre estes congressos, alguns intelectuais negros se aproximaram dos partidos comunistas emergentes, e também ocorreu a criação da *Universal Negro Improvement Association and African Communities League* (UNIA) por Marcus Garvey em 1914. Organizado por George Padmore, o congresso de Manchester foi fundamental para a radicalização pan-africana firmar a centralidade africana em sua própria descolonização.

No mesmo ano do congresso de Manchester, a UNESCO é criada com o fim de obter a paz internacional e o bem comum da humanidade através de

relações educacionais, científicas e culturais. No entanto, como bem nos alerta Silvério (2022), a UNESCO surgiu para representar os interesses das potências coloniais, por isso a sua proposta de resolução dos conflitos coloniais ocorreu pela colaboração entre os povos.

A revista parisiense *Présence Africaine*, importante difusora da negritude criada em 1947, emerge no meio do conflito entre o Quinto Congresso Pan-africano e a posição da UNESCO. Adotando uma visão integracionista e conciliadora entre tais posições, a revista exerceu forte influência nas perspectivas do TEN.

Em 1955 a Indonésia sedia a Conferência de Bandung. Com a participação de 29 países africanos e asiáticos, a Conferência marca o fortalecimento da personalidade dos povos colonizados e a direção de uma alternativa diante dos blocos hegemônicos presentes na Guerra Fria (soviético e estadunidense). Bandung sinaliza o esforço coletivo da construção de um mundo anticolonial e antirracista.

Esses eventos demonstram uma cisão no pensamento desta diáspora negra. Por um lado, o Quinto Congresso e a Conferência de Bandung percebem a modernização e o progresso como ideologias que inviabilizam as hierarquias causadas pelo imperialismo ocidental. Para a UNESCO e a *Présence Africaine*, elas são um meio de construção de um futuro comum com a capacidade de elevação dos povos colonizados. As posições do TEN e de Guerreiro Ramos bebem diretamente da fonte desta contradição, adotando posturas políticas ambíguas que cambaleavam tais perspectivas.

Paralelamente à emergência da modernidade negra no início do século XX, o Brasil vive um processo de passagem da Primeira República (1889-1930) para a ascensão da Era Vargas (1930-1945). Para Lélia Gonzalez (2020), a Primeira República é marcada por uma elite sudestina (Minas e São Paulo) que pavimenta o caminho ao capitalismo brasileiro por meio de uma acumulação primitiva que andava lado a lado com um forte estímulo a imigração europeia visando ao embranquecimento, o que marginalizou a população negra pós-abolicionista.

A Era Vargas inaugura uma fase da modernidade brasileira paralela à modernidade negra no Brasil. A partir de 1930, se consolidou economicamente a base destas modernidades por meio do incentivo à industrialização nacional e a incorporação da mão-de-obra nacional, especialmente negra, nas atividades industriais. Entre 1930-1964, é desenvolvido um pacto populista desenvolvimentista que Guimarães (2002) define como um compromisso político e social do Estado com a incorporação da população negra ao mercado de trabalho e a noção de povo brasileiro. Assim se constrói a democracia racial no país como um pacto entre as elites e uma nova postura do Estado em relação à população negra.

O pacto da democracia racial está entrelaçado com o Decreto nº 19.482 (12/12/1930), que Lélia Gonzalez (2020) considera como o início do populismo brasileiro. Tal decreto atuou como uma legislação trabalhista que beneficiou essa população negra recém incorporada ao mercado de trabalho formal e na noção de povo. Uma ação que foi fundamental para as mudanças ocorridas entre as décadas de 1930-50, como a proletarização (formal) negra e a intensificação da urbanização no sudeste. O TEN alimenta suas posições da modernidade negra justamente neste processo de pacto de democracia racial no país, por isso adota uma posição de integração racial, alinhando-se de forma mais próxima às perspectivas da UNESCO e da *Présence Africaine*, o que faz com que Guerreiro Ramos desenvolva um pensamento nacionalista ambíguo entre tais posições.

O golpe empresarial militar de 1964 significou o fim deste pacto populista e a passagem do pacto para o mito da democracia racial. Com o estabelecimento de uma nova ordem na sociedade brasileira por meio do “milagre econômico”, a ditadura realizou uma tríplice aliança entre o estado militar, as multinacionais e a burguesia nacional. Este “milagre” possibilitou a entrada agressiva do capital estrangeiro e a ampliação do parque industrial, paralelamente à desnacionalização econômica e à queda das pequenas empresas, local do trabalhador negro no mercado de trabalho industrial. Como consequência do “milagre”, a população negra passou por um processo

de empobrecimento ampliado pela política de arrocho salarial e a ingressão dessa massa negra no trabalho informal, como por exemplo a da construção civil e da prestação de serviços (GONZALEZ; HASENBALG, 2022).

2. A redução sociológica

Muryatan Barbosa (2023) abre *Negro sou*, sua organização de escritos de Guerreiro Ramos, afirmando que este autor considerava a questão racial indissociável da situação colonial, o que exigia uma transformação estrutural de um capitalismo periférico alienado, racista e agroexportador, para um capitalismo nacional, popular, soberano e culturalmente descolonizado. Aqui abro um espaço para discordar de Barbosa, por perceber que dentro dos próprios escritos de Guerreiro Ramos, como seus livros e até mesmo no compilado organizado por Barbosa, podemos encontrar afirmações de Guerreiro que desassocia a questão racial à uma questão estrutural. Diante de tal complexidade, abordarei a redução sociológica e o *niger sum* buscando evidenciar suas particularidades e aproximações, inicialmente abordando a posição nacionalista de Guerreiro Ramos e posteriormente a sua participação do TEN.

Guerreiro Ramos fazia parte da esquerda democrática trabalhista e era alinhado ao desenvolvimentismo e à autodeterminação cultural. Sua postura desenvolvimentista resulta na sua adesão ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado por Hélio Jaguaribe, até o momento de rompimento entre ambos no de 1958. *A redução sociológica* (1958) escrita por Guerreiro Ramos durante sua estadia no ISEB demonstra sua faceta desenvolvimentista em sua busca por uma sociologia nacional, já influenciado pelo evento da Conferência de Bandung e pelo nacionalismo anti-colonial terceiro-mundista.

Por meio de Bringel e Domingues (2015), podemos interpretar a descolonização afro-asiática e a Conferência de Bandung como emergências de geopolíticas do conhecimento. O anticolonialismo difundiu o nacionalismo periférico e a narrativa desenvolvimentista, sendo fundamental para o

estabelecimento de uma sociologia terceiro-mundista e periférica. No entanto, devemos nos atentar para o fato de que em Guerreiro Ramos, o reconhecimento da condição nacional na periferia do capitalismo não significa necessariamente o anseio da abolição da estrutura capitalista em si.

Ao publicar *A redução sociológica*, Ramos (1996) afirma que o mundo testemunha a emergência de uma autoconsciência coletiva e crítica, em que povos até então naturais estavam se movimentando em direção à uma existência histórica, por meio de um processo de ação material e subjetiva no mundo. Como exemplo desta emergência, o autor cita a revolta armada Mau-Mau no Quênia e os nacionalismos dos povos coloniais em sua busca de autodeterminação. Para Ramos, esses movimentos anticoloniais são processos de historicização, pois rompiam com a existência bruta coisificada / natural imposta pelo colonialismo.

A perspectiva anticolonial de Guerreiro Ramos é notavelmente terceiro mundista, associando a descolonização com a emergência da consciência crítica e o desejo de historicização, citando como exemplo a Conferência de Bandung (1955). Na perspectiva do autor, a luta anticolonial é justamente o processo de emergência de sujeitos no mundo afro-asiático, como pessoas autônomas portadoras de uma consciência crítica de si e autodeterminadas.

A emergência anticolonial do mundo afro-asiático é vista por Guerreiro Ramos (2016) como um avanço do pensamento científico e até mesmo uma expansão da consciência humana com o desenvolvimento destes povos. Como um marco incontornável, a descolonização fazia a abertura de um novo mundo e a ascensão de uma nova forma de consciência. Para entrar neste mundo, o Brasil deveria acompanhar tal consciência. É neste contexto de descolonização que Ramos pensará o nacionalismo brasileiro.

Diante da descolonização afro-asiática, Ramos (1960) se apropria do nacionalismo como uma ideologia dos povos que buscam a autodeterminação. Para o autor, o nacionalismo é revolucionário e um ponto de vista dos povos periféricos que buscam o universalismo real, pois o universalismo dos povos

dominantes seria anti-histórico, ao considerar o presente como uma etapa final do mundo e dessa forma, possuir uma visão estática da realidade. Na mão dos povos periféricos, dos povos proletários, o nacionalismo seria um meio de libertação da dependência colonial.

No livro *A crise do poder no Brasil* (1961), Ramos define o nacionalismo como um conjunto de aspirações do povo com o objetivo de elevar os níveis de existência das massas através do aumento da produtividade do trabalho e do desenvolvimento autônomo da economia nacional por meio da mudança dos titulares do poder. Pensando especificamente a partir da realidade nacional, ele aponta a emergência do povo como o fato político cardinal da vida brasileira. Como uma nova realidade sociológica, o surgimento da noção de povo brasileiro impõe a necessidade de uma reorganização social e política do país que só pode ocorrer através de um nacionalismo que tenha o povo como o seu principal protagonista e dirigente político.

Para o sociólogo em questão, o povo emerge no Brasil somente a partir das condições materiais existentes após 1930, com o fim da primeira república e o início do governo provisório. Ramos aponta que os latifundiários e os alto comerciantes deram corpo à minoria dirigente desde a independência nacional até o fim da Primeira República. Como oposição a essa minoria dirigente, desenvolveu-se uma classe média (pequenos negociantes, industriais, profissionais liberais, militares e assalariados) como uma oposição de disputa pela função dirigente.

A ascensão de Vargas com o Governo Provisório, evento chamado por Guerreiro Ramos de Revolução de 1930, é interpretada como uma ação desta classe média ascendente bem sucedida em se tornar a minoria dirigente, porém, com a contínua exclusão da classe operária no exercício do poder. Com o desenvolvimento da indústria e do mercado interno, Ramos (1961) aponta o surgimento da categoria de povo paralelamente a consolidação de uma existência estatutária dos assalariados a partir das políticas trabalhistas,

como a criação dos sindicatos, os institutos de previdência e do Ministro do Trabalho.

Segundo Ramos (1961), a exclusão do povo da posição de dirigente da política nacional tinha um preço: a continuidade da condição de complementaridade na economia mundial. Tal condição significa a adoção de uma posição de proletariado externo do mundo ocidental. O que significa a existência de um aparelho de produção voltado para a satisfação de necessidades externas, condição marcante de dependência colonial econômica.

A persistente dependência colonial exigia como resposta o nacionalismo como uma práxis coletiva. Esta nova práxis deveria ter a direção de um processo histórico-social liderado pelo povo por intermédio de uma vanguarda, tecnicamente mais apta para perceber a realidade social e dirigir o poder político. Além disso, tal vanguarda deveria ter acesso a um Estado socialista capaz de controlar os recursos da coletividade e aplicá-los visando o interesse social. Apenas com a tomada de poder desta vanguarda popular somada com um Estado socialista que o Brasil iria superar essa relação periférica colonial.

Mas no nacionalismo preconizado por Guerreiro Ramos, o Estado socialista significa o controle estatal na aplicabilidade dos meios de produção e não necessariamente a abolição da propriedade privada e da burguesia (detentora do meio da produção). Aqui já se manifesta a primeira discordância em relação a percepção da triangulação estrutural guerreiriana entre estrutura, colonialismo e a questão racial afirmada por Muryatan Barbosa. Minha discordância se dá pelo fato de que em *A crise do poder no Brasil*, Ramos (1961) afirma que o desenvolvimento do Brasil é uma questão essencialmente política e secundariamente econômica, que deve ser sanada pela ocupação do povo como poder dirigente e organizador da capacidade produtiva nacional. Ou seja, o nacionalismo guerreiriano prioriza a tomada do controle político do Estado, mas não necessariamente a abolição da estrutura capitalista.

Outra discordância com Barbosa (2015) ocorre na relação entre estrutura / questão racial. Curiosamente, apesar de Ramos considerar que o povo no Brasil é o povo negro, ele estabelece uma ruptura entre o ser (negro) e o ter (controle do poder político). O povo dirigente no Brasil deve ser o povo brasileiro como um todo, e não necessariamente o povo negro. Essa posição pode ser vista em seu escrito *O negro no Brasil e um exame de consciência* (RAMOS, 2023), escrito em 1949:

Uma modificação substancial das condições de nossa gente de cor não depende de uma transformação política, simplesmente. Porventura, se um partido de negros subisse ao poder, os problemas da gente de cor ficariam resolvidos? Só os ingênuos acreditam nisso, só os ingênuos não percebem que a verificação de tal hipótese representaria um retrocesso, ou uma agressão, pois o homem de cor, entendido como homem-massa, não está habituado às funções de mando, as quais, como é sabido, supõe uma longa aprendizagem (RAMOS, 2023, p. 46).

Sua imersão no nacionalismo brasileiro interfere diretamente em sua perspectiva sobre a função do intelectual. Para Ramos (1961), a vida do intelectual deve ser uma constante experimentação da verdade para se tornar um revolucionário. Como um sociólogo revolucionário, o seu fazer sociológico deve objetivar a auto-organização da coletividade nacional. Na perspectiva guerreiriana, o sociólogo brasileiro deve ter um compromisso com a sua circunstância nacional e eliminar qualquer vestígio de mentalidade colonial fruto da dependência econômica. A sociologia nacional será uma sociologia autêntica ao refletir suas particularidades, sendo assim uma sociologia descolonizada.

Em *A redução sociológica* (1996), Guerreiro Ramos projeta um trabalho sociológico que atue como um instrumento de auto-determinação nacional, sendo assim uma sociologia autêntica, um autoconhecimento que parte da experiência comunitária da vida do sociólogo e que busque o desenvolvimento nacional. Dessa forma, ao utilizar métodos e conceitos adequados a experiência comunitária, o sociólogo transporta o conhecimento produzido em condições alheias e o adequa para a sua realidade específica,

enraizando um conhecimento científico a partir de sua própria particularidade nacional.

Nessa ordem de ideias, isto é, partindo de um *sum* (sou brasileiro), procuraremos empreender um esforço tendente a contribuir para a compreensão global de nossa sociedade. Essa tarefa tem prioridade sobre qualquer outra, no domínio das ciências sociais em nosso país. Não deveríamos partir para estudos de pormenor antes de termos consciência crítica da realidade social do país. Aqui também é a visão do todo que condiciona a compreensão das partes (RAMOS, 1960, p. 85).

Como uma assimilação crítica da produção sociológica estrangeira, a redução sociológica se associa a este *sum* brasileiro para a produção de uma sociologia não alienada. Por isso a necessidade da criação de conceitos e métodos alicerçados na experiência comunitária localizada. Como fruto da posição nacionalista, a redução sociológica parte do ponto de vista do proletário com referência básica nesse processo de transposição de conhecimentos e experiências alheias para a realidade nacional. Apenas pela redução que se torna possível chegar no que Guerreiro Ramos considera como atitude parentética, a capacidade de enxergar a realidade através de uma forma crítica (RAMOS, 2016).

3. *Niger sum*

Fundado por Abdias Nascimento em 1944 no Rio de Janeiro, o Teatro Experimental do Negro foi o propulsor do movimento da negritude e da modernidade negra no Brasil. Expostos no livro *O Quilombismo* (NASCIMENTO, 2019), podemos extrair como alguns dos objetivos do TEN: a educação da classe dominante “branca” por meio de uma pedagogia alicerçada na arte e cultura e o combate a literatura científica que estuda o negro como algo estático.

O TEN se encaixa no que Nilma Lima Gomes (2017) denomina de movimento negro educador, como uma ação da intelectualidade negra na produção de saberes emancipatórios que busca combater o pensamento

científico eurocêntrico hegemônico. Como um ator político que busca a construção de saberes emancipatórios, o TEN foi o espaço fundamental para o desenvolvimento de Guerreiro Ramos sobre a questão racial e a criação do conceito de *niger sum*.

Ramos (1995) considera o TEN como o pioneiro em denunciar a alienação das ciências sociais brasileiras. Para além da “descomplexificação” de negros e mulatos e a reeducação dos “brancos” brasileiros, o TEN tinha como objetivo a formulação de novos métodos científicos para a questão racial no Brasil, visando a criação de métodos não alienados e adequados a realidade das pessoas negras brasileiras.

Para Guerreiro Ramos, o problema das ciências sociais brasileiras era decorrente de sua assimilação acrítica das ciências sociais ocidentais (estadunidense e europeia). Como uma consciência ingênua, a intelectualidade brasileira bebia da fonte de uma racionalização colonial que tinha como objeto de estudos os “povos primitivos” e a presença da noção biológica de raça, como era o caso de Nina Rodrigues e Oliveira Viana.

A alienação das ciências sociais no Brasil também se manifestou em duas categorias detectadas por Guerreiro Ramos. A primeira era a crítico-assimilativa (Sylvio Romero, Alberto Torres e Oliveira Viana) que buscava uma teoria e uma tipificação étnica brasileira por meio da exotização e estrangeirização das pessoas negras. A segunda categoria era o que Ramos chamava de monográfica (Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Gilberto Freyre), que tratava as pessoas negras como algo estático, um assunto de mera sobrevivência particular em relação à comunidade nacional.

Fruto da objetificação causada por essa perspectiva alienada e colonial, essa sociologia do negro (como objeto) era uma ideologia da brancura. A sociologia branca parte da premissa de que o negro é um problema. Então Guerreiro Ramos se questiona: o que faz do negro um problema? O problema se encontra no fato dele não ser o padrão na norma nacional alienada. Seu problema é ter a pele escura. Em um país onde a maioria da população é negra (preta e parda), logo, onde o povo é negro, a adoção de um padrão estético

exógeno revela a europeização colonial no Brasil, abrindo margem para uma manifestação patológica (cultural) presente nesse desejo de ser branco. Esse desvio existencial só é possível devido à alienação colonial na qual o Brasil está mergulhado.

O negro como um problema das ciências sociais brasileiras era possível apenas pela alienação no qual ela se encontrava, sendo essas ciências a manifestação da patologia social do (branco) brasileiro. O que Ramos realiza é uma manobra que torna o “branco” brasileiro o problema, devido ao seu desejo de ser branco (europeu). Apesar de sua posição ser um avanço contra o eurocentrismo nas ciências sociais, percebemos a sua incapacidade em tornar a questão racial como algo estrutural. No artigo *O problema do negro na Sociologia Brasileira* (1954), Ramos (1995) considera que esta alienação estética presente no “branco” brasileiro é fruto de uma alienação cultural que causa a adoção da brancura como a norma. Portanto, o problema do negro (criado pelo “branco”) seria algo primeiramente psicológico e secundariamente econômico. A desconsideração da discriminação racial herdada do pensamento de Donald Pierson se demonstra presente nesta conclusão de Guerreiro Ramos.

Diferentemente do que afirma Muryatan Barbosa, a questão racial não é considerada estrutural por Guerreiro Ramos. Em *O pluralismo dialético* (1955), Ramos (2023) exerce uma crítica ao marxismo, especialmente a sua análise da realidade a partir das contradições como a fonte de toda dialética. Seguindo o raciocínio de Georges Gurvitch, sociólogo russo, Ramos considera a existência de uma pluralidade no processo de dialetização, que não se desenvolve apenas pela contradição, mas que também pode ocorrer pelo processo de complementaridade. Para o autor, considerar a contradição como o único processo de dialetização possibilita, o que ele considera uma falha, explicar as relações raciais a partir das relações de classe.

É a idolatria da contradição que tem conduzido alguns estudiosos influenciados pelo marxismo a explicar as relações de raça no Brasil em termos de puras relações de classe. Não percebem nelas a

incidência de uma ambiguidade, como tenho procurado mostrar em mais de um estudo, ou seja, não percebem que a chamada questão do negro brasileiro, originalmente condicionada, de fato, pelas relações de classe, é, entretanto, em nossos dias, secundariamente econômica e essencialmente psicológica, só se escleracendo à luz da ambiguidade dialética (RAMOS, 2023. pp. 256 - 257).

Podemos ver a negação da questão racial como algo estrutural por Guerreiro Ramos em outro escrito denominado *Semana do Negro de 1955* (1955). Neste texto Ramos afirma que não existe um “problema do negro” na infraestrutura brasileira, ou seja, não existe uma discriminação sistemática. O que ocorre é uma superestrutura alienada criada pelo “branco” brasileiro. As dificuldades específicas encaradas pela população negra são resultado desta superestrutura na infraestrutura. Ao negar o racismo na infraestrutura brasileira, ele demonstra seu engajamento no pacto da democracia racial, a ponto de transformar o Brasil em uma vitrine para o mundo, como fez em *Apresentação da negritude* (1950):

O Brasil deve assumir no mundo a liderança da política de democracia racial. Porque é o único país da orbe que oferece uma solução satisfatória do problema racial. Com respeito aos homens de cor, oferece-lhes a sociedade brasileira praticamente todas as franquias. E se há um problema dos homens de cor em nosso país, ele consiste eminentemente em exercitá-los, pela cultura e pela educação, para usar aquelas franquias (RAMOS, 2023, p. 82).

Como reconhecido por Muryatan Barbosa (2023), Guerreiro Ramos desenvolve uma posição sobre a questão racial brasileira que parte de uma visão personalista da negritude, como uma práxis voltada para a autocriação e autovalorização das pessoas, e não para a alteração de outros aspectos da vida social, como a estrutura, a economia e a sociedade. Muryatan denomina esta posição adotada por Guerreiro como o personalismo negro.

O problema em seu personalismo é que a negritude é vista como um elemento cultural unificador nessa noção de povo nacional, por isso a ruptura na noção do povo entre o ser (negro) e o ter (poder político). O conceito de *niger sum* é gerado dentro do pacto da democracia racial e com esta dicotomia entre o ser e o ter. O *niger sum* reconhece a necessidade de descortinar a brancura como valor e a criação de conceitos e métodos particulares para as

necessidades das pessoas negras, mas se limita ao reconhecimento estético e não transcende para uma práxis que busque alterar a realidade material e econômica brasileira a partir da estrutura. É desta forma que Guerreiro Ramos nos apresenta o conceito de *niger sum*:

Sou negro, identifico como meu o corpo em que o meu eu está inserido, atribuo à sua cor a suscetibilidade de ser valorizada esteticamente e considero a minha condição étnica como um dos suportes do meu orgulho pessoal - eis aí toda propedêutica sociológica, todo um ponto de partida para a elaboração de uma hermenêutica da situação do negro no Brasil (RAMOS, 1995, p. 199).

No entanto, a ausência da questão estrutural do *niger sum* não anula a potência deste conceito. Guerreiro Ramos (2023) era consciente de sua responsabilidade como um cientista negro na proposição de uma perspectiva alternativa nos estudos sobre a questão étnico-racial. Para além de transformar as relações raciais no país, o arsenal conceitual de Ramos também objetivava estudar o “branco” brasileiro, tornando-o um objeto da ciência.

O *niger sum* é um exemplo da ambivalência de parte da modernidade negra brasileira diante das posições destacadas pela Conferência de Bandung (terceiro-mundista anticolonial) e da UNESCO (integracionista). Em *O negro no Brasil e um exame de consciência*, Ramos (2023) assume um espírito de conciliação do TEN que vê o “homem de cor”, principalmente o pouco instruído, como vítima de uma ambivalência psicológica, resultado da condição cambaleante entre os traços culturais do Ocidente e as “sobrevivências” das culturas negras. A negritude conciliadora se manifesta na visão da “alma negra” como uma reserva de vitalidade da civilização ocidental. A negritude do TEN não busca contrariar nem destruir o Ocidente, mas revitalizá-lo a partir da subjetividade negra, recém saída do “primitivismo”.

A posição integracionista do TEN, semelhante a da revista *Présence Africaine*, fica evidente no escrito *A Unesco e as relações de raça* (1950), onde por meio do I Congresso do Negro Brasileiro, evento realizado pelo TEN,

sugere-se à UNESCO que colabore na promoção de mecanismos que transformem os conflitos raciais em processos de cooperação (complementaridade como processo de dialetização), com o uso do teatro como meio de integração social e a utilização de museus e filmes como instrumento de transformação de atitudes (RAMOS, 2023).

Partindo de uma posição elitista, o TEN se definia como um movimento vanguardista de elevação cultural e econômica dos “homens de cor” e que almejava a superação do imperialismo antropológico e sociológico. O *niger sum* era a manifestação de uma negritude que atuava como uma terapêutica espiritual de valorização. Essa valorização deveria ocorrer pelo teatro, mais especificamente pelo psicodrama.

Guerreiro Ramos considerava o teatro a essência da vida, o mundo seria o teatro do “homem”. No entanto, o mundo como teatro era monopolizado pelo palco ocidental do homem branco. Caberia ao “homem de cor” atuar neste palco e criar um palco para si. Para fazer isso, o TEN caminha pelo psicodrama. Em *Teoria e prática do psicodrama* (1950), Ramos (2023) afirma que a vida social é representação, portanto, a essência da sociedade seria o drama. O teatro seria apenas uma forma particular de drama. Para o autor, o psicodrama é um método de análise das relações humanas, é um processo terapêutico psicológico. O seu divã era o palco, um espaço que atuava como uma representação em miniatura da sociedade onde se materializa a complexidade dos problemas psicológicos. O palco abre a possibilidade para que o indivíduo participe da luta contra tais problemas, treinando uma nova conduta que purgue suas questões por meio da catarse.

Como espaço de elevação do “homem de cor” pelo psicodrama, o TEN demonstra o seu elitismo e o eurocentrismo contraditório, apesar do levantamento de ferramentas conceituais como o *niger sum*. Em *O negro no Brasil e um exame de consciência*, Guerreiro Ramos define o TEN como um campo de polarização psicológica, onde a massa dos “homens de cor” de níveis culturais e educacionais baixos, de mentalidade pré-letrada e pré-lógica passariam por um experimento psicossociológico para adestrar seus

comportamentos de acordo com o comportamento das classes médias e superiores da sociedade nacional.

A necessidade de tal adestramento se dava na visão do TEN de que a população negra pós-abolição estava psicologicamente despreparada para gozar da liberdade. A liberdade efetiva só seria possível por meio de uma reeducação da massa negra e da criação de condições sociais e econômicas para possibilitar o adestramento ao estilo das classes dominantes e a integração social.

Conclusão

O pensamento guerreiriano emerge na relação ambígua entre a modernidade negra brasileira, o pacto da democracia racial e a descolonização do mundo afro-asiático. Isso faz de sua sociologia negra algo contraditório. A negritude formulada pelo TEN adota uma perspectiva integracionista mais próxima a posição da UNESCO e da *Présence Africaine*. Tal postura do TEN se torna mais complexa no contexto nacional em que a negritude se consolida com a modernidade brasileira e o pacto da democracia racial.

Influenciado pela Conferência de Bandung e pela descolonização afro-asiática, Guerreiro Ramos prisma por um nacionalismo que atue como uma forma de obtenção do título do poder dirigente pelo povo, contrariando a dependência colonial consequente da exclusão do povo deste espaço. No entanto, a estrutura capitalista não é atacada por seu nacionalismo, já que Ramos considera o desenvolvimento algo primeiramente político e secundariamente econômico. Ou seja, o nacionalismo se limita ao povo tendo acesso ao poder dirigente mediante uma vanguarda capacitada. Ao partir desta premissa de um nacionalismo político, mas não estrutural econômico, o *sum* brasileiro é a força motora do seu conceito de redução sociológica.

Por outro lado, o *niger sum* é construído em sua aproximação com a negritude e no seu combate ao eurocentrismo e à brancura nas ciências sociais brasileiras. Combatendo a sociologia do negro (ideologia da brancura), Ramos propõe uma sociologia que parte do *niger sum* fundamentada nas experiências

negras. No entanto, assim como o seu nacionalismo, este personalismo negro de Guerreiro Ramos não enxerga a estrutura como algo problemático, o problema do Brasil é uma questão de superestrutura causada por uma alienação estética cultural.

Uma sociologia negra contemporânea que parte das contribuições de Guerreiro Ramos não deve ter compromisso com nenhum mito / pacto da democracia racial. Para nós que almejamos uma sociologia negra, torna-se necessário usar o Guerreiro Ramos contra o próprio Guerreiro Ramos. Ele deve passar por uma redução sociológica.

A redução sociológica deve continuar a partir da experiência comunitária do sociólogo negro, mas como instrumento de auto-determinação racial de uma comunidade subjugada dentro deste Estado Nacional subdesenvolvido. É uma questão de localização da fala no Brasil e contra a sua estrutura racista. A redução sociológica do *niger sum* deve superar o seu personalismo negro e a sua ânsia pela simples valorização cultural estética. O *niger sum* reduzido prioriza um fazer sociológico que parte da condição de um sociólogo negro e almeja uma ferramenta metodológica específica para a sua particularidade, a condição de ser uma pessoa negra em um país estruturalmente racista. Entre o *sum* brasileiro e o *niger sum*, a sociologia negra deve descartar o *sum* brasileiro e o seu nacionalismo, assim como assumir um *niger sum* que reconheça a estrutura racista brasileira e conseqüentemente, não busque uma práxis que se limite a desalienar negros e brancos e construir um novo país, mas destruir a estrutura que o sustenta.

*** Marcelo de Jesus Lima** é Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista.
Contato: marcelo.jesus@unesp.br

Artigo recebido em: 23/05/2023
Aprovado em: 11/11/2023

Como citar este texto: LIMA, Marcelo de Jesus. A sociologia negra de Guerreiro Ramos. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 09, nº 02, p. 76-99, 2023.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Muryatan S. **A razão africana: Breve história do pensamento africano contemporâneo**: Muryatan S. Barbosa. São Paulo: Todavia, 1.ed, 2020.

_____. **Guerreiro Ramos e o Personalismo Negro** / Muryatan Santana Barbosa . Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

_____. Por uma descolonização das relações étnicas-raciais e do Brasil: A visão de Guerreiro Ramos. In: **Negro sou: a questão étnico-racial e o Brasil: ensaios, artigos e outros textos (1949-73)** / Alberto Guerreiro Ramos; organização Muryatan S. Barbosa. Iª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

BRINGEL, B.; DOMINGUES, J. M. Teoria social, extroversão e autonomia: impasses e horizontes da sociologia (semi)periférica contemporânea. In: **Caderno CRH**, 28 (73), 2015, pp. 59-76.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação** / Nilma Lino Gomes. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Lugar de negro** / Lélia Gonzalez, Carlos Hasenbalg. - Iª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

_____. **Por um feminismo afro-latino-americano** : ensaios, intervenções e diálogos / organização Flávio Rios, Márcia Lima . 1 ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, A. S. A. Apresentação. In: **Guerreiro Ramos e o Personalismo Negro** / Muryatan Santana Barbosa . Jundiaí: Paco Editorial, 2015. pp. 13 - 16.

_____. **Classe, raça e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

HASENBALG, Carlos. Raça, classe e mobilidade. In: **Lugar de negro** / Lélia Gonzalez, Carlos Hasenbalg. - Iª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2022. pp. 85 - 122.

MILLS, Charles W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africana** / Abdias Nascimento. -- 3. ed. rev.-- São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

RAMOS, Guerreiro. **A crise do poder no Brasil** (Problemas da Revolução Nacional Brasileira) / Alberto Guerreiro Ramos. Rio de Janeiro: Zahar Editores: 1961.

_____. **A redução sociológica** / Guerreiro Ramos. 3 ed: Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

_____. **Introdução crítica à sociologia brasileira** / Alberto Guerreiro Ramos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

_____. **Mito e verdade da revolução brasileira** / Alberto Guerreiro Ramos. Florianópolis: Insular, 2016.

_____. **Negro sou: a questão étnico-racial e o Brasil: ensaios, artigos e outros textos (1949-73)** / Alberto Guerreiro Ramos; organização Muryatan S. Barbosa. I^a ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

_____. **O problema nacional do Brasil** / Alberto Guerreiro Ramos. 2^a. ed. - Rio de Janeiro: Editora Saga, 1960.

SANTOS, Joel Rufino. O Negro Como Lugar. In: **Introdução crítica à sociologia brasileira** / Alberto Guerreiro Ramos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Transnacionalismo negro, diáspora africana: uma nova imaginação sociológica** / Valter Roberto Silvério. Prefácio de Richard Miskolci. - São Paulo: Intermeios, 2022.